

**Parecer nº 169/98**

Data: 1998.12.09

Processo nº 495

**Requerente:** Hospital de Santa Maria - Direcção de Gestão de Doentes.

**I - Factos**

1. O Conselho Disciplinar Regional do Sul da Ordem dos Médicos solicitou ao Hospital de Santa Maria fotocópia do processo clínico de determinada doente que esteve internada na UTIC desse hospital em 13 de Maio de 1996. Informou que a pretendida fotocópia se destina a instruir um processo disciplinar que corre nesse Conselho Disciplinar em virtude de participação contra médicos do Hospital de Santa Maria intervenientes no atendimento da referida doente.
2. O Hospital de Santa Maria dirigiu-se a esta Comissão expondo dúvidas e pedindo parecer acerca da viabilidade do deferimento daquele pedido. Salientou que os documentos em questão "contêm dados clínicos relativos à doente nele identificado" e invocou os artigos 71 e 81 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - e 20, alínea c), do Regulamento Interno desta Comissão.

**II - Direito**

1. O acesso a documentos por parte de entidades públicas (e a Ordem dos Médicos é uma associação pública encarregada do controlo dos actos e prestações clínicas) instrutoras de processos de averiguações ou disciplinares em que se pretenda apurar a responsabilidade por actos médicos, situa-se no plano de regras jurídicas funcionais e orgânicas que, por mais liberais ou facilitadoras do acesso, afastam, em princípio, a aplicação da LADA.

2. Ponto é que o pretendido acesso se limite ao estritamente necessário aos objectivos correspondentes ao conteúdo dos poderes e fins instrutórios, lidos numa perspectiva de conhecimento pleno das circunstâncias quer objectivas quer subjectivas que possam influir no juízo a formular.
3. O que fica dito deixa um reduzido espaço de intervenção da LADA, pois esta só é chamada à coração na medida em que eventualmente as entidades instrutoras visem exercer direitos de acesso a dados pessoais que excedam as suas funções, isto é, em situações em que se coloquem dúvidas sobre a legitimidade da extensão do pedido, designadamente se for solicitado o acesso a documentos e informações de natureza nominativa que, por impertinentes, se considere que devem ser sombreadas ou, de qualquer modo, não comunicados. Não parece ser o caso.
4. Assim, o pretendido acesso ao mencionado processo clínico para os efeitos em causa parece, em face dos dados disponíveis, não se colocar no âmbito da LADA. Aliás, o acesso por parte do instrutor designado por um Conselho Disciplinar da Ordem dos Médicos estaria presumivelmente desde logo legitimado, mesmo com base apenas na LADA, no caso de a participação que deu origem ao processo disciplinar ter partido da pessoa a quem esses dados clínicos dizem respeito.

### **III - Parecer:**

Tendo presente o exposto, a CADA entende não haver obstáculo legal à satisfação do pedido (de fotocópia do referido processo clínico) feito ao Hospital de Santa Maria pelo Conselho Disciplinar Regional do Sul da Ordem dos Médicos.

Aprovado na sessão da CADA de 9 de Dezembro de 1998.

*Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Branca do Amaral - João Labescat*